

GLP X  
Participações S.A  
(antiga GLP X  
Participações Ltda)

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2021 e 2020**

# Conteúdo

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balço patrimonial</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,  
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil  
Telefone 55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da  
GLP X Participações Ltda**  
São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GLP X Participações Ltda (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GLP X Participações Ltda em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

## Investimento em controladas em conjunto mensurado pelo método da equivalência patrimonial

Notas explicativas nº 3.4 e 8 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>Conforme a nota explicativa nº 8, a Companhia possui registrado em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 o investimento na controlada em conjunto Concessionária de Rodovia BR-153 no montante de R\$ 210.099, o qual representa 99% dos ativos mantidos pela Companhia, mensurado pelo método de equivalência patrimonial sendo os valores testados anualmente pela Companhia para identificar indícios de perda no valor recuperável desse investimento.</p> <p>Devido ao fato desses ativos serem os principais elementos que influenciam o ativo e o reconhecimento de resultado da Companhia, no contexto das demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>— Analisamos as informações da Companhia investida, validamos o percentual de participação e efetuamos o recálculo da equivalência patrimonial;</li><li>— Obtivemos as últimas demonstrações financeiras auditadas da companhia investida e avaliamos a existência de algum assunto significativo;</li><li>— Realizamos a revisão dos trabalhos dos auditores da companhia investida, com base na NBTC TA 600 (ISA 600), incluindo comunicação com a equipe de auditoria da companhia investida, com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos, assim como os resultados alcançados; e</li><li>— Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras da Companhia.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis critérios utilizados para validar a mensuração da equivalência os patrimonial do investimento, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP 027685/O-0 F SP



Eduardo Tomazelli Remedi  
Contador CRC SP-259915/O-0

## GLP X Participações Ltda.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2021	2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2021	2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	39	1	Contas a Pagar	11	102	-
Adiantamentos a fornecedores	6	141	-	Empréstimos e financiamentos	10	343	0
Impostos e contribuições a compensar	7	222	-	Obrigações fiscais	12	2	34
				Provisões diversas	11	-	7
Total do ativo circulante		<u>402</u>	<u>1</u>	Adiantamento para futuro aumento de capital	13	-	795
				Total do passivo circulante		<u>447</u>	<u>836</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Investimentos	8	210.099	-	Empréstimos e financiamentos	10	199.361	-
Outros ativos	9	-	829	Impostos diferidos passivos		<u>362</u>	-
Total do ativo não circulante		<u>210.099</u>	<u>829</u>	Total do passivo não circulante		<u>199.723</u>	-
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	16	1	1
				Reserva de Capital	16	25.079	-
				Prejuízo Acumulado	16	<u>(14.749)</u>	<u>(7)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>10.331</u>	<u>(6)</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>210.501</u>	<u>830</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>210.501</u>	<u>830</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira		99,81%					

## GLP X Participações Ltda.

### Demonstração do resultado

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$, exceto pelo prejuízo por ação)

	Nota explicativa	2021	2020
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	17	(2.492)	(7)
Resultado de Equivalência Patrimonial	8	(4.780)	-
		<u>(7.272)</u>	<u>(7)</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO			
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	18	(8.286)	-
Receitas financeiras	18	1.178	-
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		<u>(7.108)</u>	<u>-</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
		<u>(14.380)</u>	<u>(7)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Diferido	19	(362)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(14.742)</u>	<u>(7)</u>
Prejuízo por ação - R\$	16	(599,000)	(7,000)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **GLP X Participações Ltda.**

### **Demonstração do resultado abrangente**

**Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

*(Em milhares de Reais - R\$)*

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(14.742)	(7)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><u>(14.742)</u></u>	<u><u>(7)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## GLP X Participações Ltda.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva de capital		Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Subscrito	A integralizar		
CONSTITUIÇÃO EM 04/03/2020		<u>1</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Integralização de capital	16	-	1	-	-	-	1
Prejuízo do período		-	-	-	-	(7)	(7)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>	<u>(6)</u>
Aumento de capital social	16	1	(1)	-	-	-	-
Reserva de capital social	16	-	-	29.999	(29.999)	-	-
Integralização da Reserva de Capital	16	-	-	-	24.284	-	24.284
Integralização de Reserva de Capital com adiantamento para futuro aumento de Capital	13	-	-	-	795	-	795
Prejuízo do exercício	16	-	-	-	-	(14.742)	(14.742)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>2</u>	<u>(1)</u>	<u>29.999</u>	<u>(4.920)</u>	<u>(14.749)</u>	<u>10.331</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## GLP X Participações Ltda.

### Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	2021	2020
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(14.380)	(7)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		
Juros e encargos financeiros líquidos	8.241	-
Custo de transação amortizado	213	-
Resultado da equivalência patrimonial	4.780	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Impostos e contribuições a compensar	(222)	-
Adiantamento de fornecedores	(148)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Contas a pagar	102	-
Provisões diversas	-	7
Obrigações fiscais	(32)	34
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(1.446)</u>	<u>41</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Adições aos investimentos	(214.879)	-
Reduções de outros ativos	829	(829)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(214.050)</u>	<u>(829)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Pagamento de juros de empréstimos	(7.473)	-
Captação de empréstimos	200.000	-
Custo de transação	(1.277)	-
Aumento de reserva de capital social	24.284	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	795
Integralização de capital social	-	1
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>215.534</u>	<u>796</u>
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>38</u>	<u>1</u>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
No início do período	1	-
No fim do período	<u>39</u>	<u>1</u>
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>38</u>	<u>1</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)*

### **1 Contexto operacional**

A GLP X Participações S.A (antiga GLP X Participações Ltda.) (“Companhia”) é uma sociedade empresária limitada com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 5º andar, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia iniciou suas atividades em 4 de março de 2020 e tem por objeto social: (1) o investimento e participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou cotista; (2) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (3) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (4) desenvolver e implementar estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios.

#### **Situação econômica e financeira**

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$45 (R\$ 835 negativo em 31 de dezembro 2020) decorrente da estratégia de caixa zero, e conforme necessidade, os valores são aportados pelo quotista.

### **2 Base de apresentação das demonstrações financeiras**

#### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **3 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todo o período apresentado, salvo disposição em contrário.

#### **3.1 Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetuou uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade à suas atividades e não identificou dúvidas da capacidade operacional.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 13 de maio de 2022.

### **3.2 Uso de estimativas e julgamento**

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em uma alteração no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos:

(a) **Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:**

As estimativas prováveis e possíveis são avaliadas de acordo com o andamento dos processos, que estão sujeitos à interpretação de cada jurisprudência, o que pode ter uma variação da avaliação inicial dos advogados e posteriormente avaliada pela Administração. A contingência possível é divulgada apenas como informação na nota explicativa diferentemente da provisão provável onde é realizada a sua contabilização.

### **3.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, que se equiparam ao valor de custo considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos.

### **3.4 Investimentos em coligadas e controladas em conjunto**

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

### **3.5 Outros ativos**

Referem-se a desembolsos e gastos envolvendo estudos de novos projetos para futuras aquisições de concessões e participações, avaliadas ao custo. Durante os estudos dos novos projetos, os custos são controlados como custos de aquisição no ativo e quando a concessão é realizada, classificamos para investimento no valor total da participação. Caso o projeto não se concretize como investimento, os custos são baixados para o resultado.

### **3.6 Custos de empréstimos**

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

### **3.7 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passado, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

São provisionadas quando a probabilidade de perda for avaliada como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando as perdas forem avaliadas como prováveis, mas os montantes envolvidos não forem mensuráveis com suficiente segurança, ou quando as probabilidades de perdas são consideradas possíveis, são divulgadas em nota explicativa. Os demais riscos referentes a demandas judiciais e administrativas, cuja probabilidade de perda é considerada remota, não são provisionados nem divulgados.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que seja recuperado de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

### **3.8 Provisão para imposto de renda e contribuição social**

As despesas com imposto de renda e contribuição social estão apresentadas nas rubricas “corrente” e “diferido” nas demonstrações do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelo regime do Lucro Real, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda é calculado pela alíquota regular de 15% (acrescida de adicional de 10% sobre lucros anuais excedentes a R\$240 mil), e a contribuição social pela alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados às alíquotas pelas quais as diferenças temporárias serão efetivamente tributadas, de acordo com a legislação fiscal. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

### **3.9 Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao — ou deduzidos do — valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

### ***Ativos financeiros***

#### ***Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado***

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado (caixa e equivalentes de caixa).

Os ativos financeiros por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua mensuração são reconhecidos no resultado.

### ***Passivos financeiros***

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros registrados ao custo amortizado.

#### ***Passivos financeiros registrados ao custo amortizado***

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### **3.10 Prejuízo básico por ação**

Calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia, usando a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações; logo, o prejuízo básico e diluído por ação é o mesmo.

## **4 Pronunciamentos contábeis**

- **Novos requerimentos atualmente em vigor**

<b>Data efetiva</b>	<b>Novas normas ou alterações</b>
1º de junho de 2020	Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06)

1º de janeiro de 2021	Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC40, CPC 11 e CPC 06)
-----------------------	--

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2021.

- **Futuros requerimentos**

A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitida para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021, o que se aplica a esta Companhia.

<b>Data efetiva</b>	<b>Novas normas ou alterações</b>
1º de abril de 2021	Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06)
1º de janeiro de 2022	Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25) Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27) Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15)
1º de janeiro de 2023	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 e CPC 23) Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26) Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32)

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Caixas e bancos (i)	39	1
Total	39	1

(i) A companhia atua com política de caixa zero, e conforme necessidade de caixa, aportes de capital são realizados na empresa pelo quotista.

## 6 Adiantamento a fornecedores

	2021	2020
Adiantamentos a Fornecedores (i)	<u>141</u>	<u>-</u>
Total	<u>141</u>	<u>-</u>

(i) Adiantamentos referente as despesas na aquisição do empréstimo.

## 7 Impostos e contribuições a compensar

	2021	2020
Imposto de renda retido na fonte (i)	<u>222</u>	<u>-</u>
Total	<u>222</u>	<u>-</u>

(i) Imposto de renda retido referente aos resgates de aplicação financeira.

## 8 Investimentos em controladas em conjunto

Composição dos investimentos no encerramento do exercício:

	Participação		Investimentos		Equivalência patrimonial	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Rodovia BR-153	35%	-	214.509	-	4.780	-

### Informações financeiras resumidas das controladas em 31 de dezembro de 2021

<b>Holding do Araguaia S.A</b>	
<b>Balço Patrimonial</b>	<b>31/12/2021</b>
Total ativo circulante	12.777
Total ativo não circulante	1.976.926
<b>Total ativo</b>	<b>1.989.703</b>
Passivo circulante	13.034
Passivo não circulante	1.377.448
<b>Total passivo</b>	<b>1.390.482</b>
Total PL	599.221
<b>Total passivo e PL</b>	<b>1.989.703</b>
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>	
Despesas gerais e adm	(901)
Resultado de equivalência patrimonial	769
<b>Lucro Operacional Antes Do Resultado Financeiro</b>	<b>(132)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(13.526)</b>
<b>Prejuízo Operacional Antes Do Imposto De Renda e da CSLL</b>	<b>(13.658)</b>
<b>Prejuízo líquido</b>	<b>(13.658)</b>

### Movimentação dos investimentos

	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
Saldo inicial	-	-
Aquisição de participação societária	214.509	-
Custos de aquisição de investimentos	370	-
Resultado de equivalência patrimonial	<u>(4.780)</u>	<u>-</u>
	<u>210.099</u>	<u>-</u>

A Holding do Araguaia S.A. é o único investimento controlado em conjunto que a companhia possui uma participação de 35%. A Holding do Araguaia S.A. é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1510, conjuntos 31 e 32, sala 02, Vila Olímpia, São Paulo-SP, que iniciou suas atividades em 2021.

Em 29 de abril de 2021, a companhia, integrante do Consórcio Eco153 em parceria com a Ecorodovias, venceu o leilão da BR-153, no trecho entre Goiás e Tocantins. A nova concessionária passará a operar a rodovia por um prazo de 35 anos e terá que investir um total de R\$ 7,8 bilhões em duplicações e melhorias.

O consórcio venceu a disputa, com uma oferta que combinou um desconto de 16,25% na tarifa de pedágio e o pagamento de uma outorga de R\$ 320 milhões ao governo. Adicionalmente, a concessionária terá que depositar R\$ 960 milhões em uma conta vinculada ao projeto - recursos que servirão como um “colchão de segurança” da concessão e poderão ser usados para antecipar obras, fazer reequilíbrios ou na mitigação de riscos cambiais e de demanda.

O leilão, realizado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Ministério da Infraestrutura, foi relativo ao trecho de 850,7 quilômetros do sistema rodoviário da BR-153/414/080/TO/GO, no trecho entre Anápolis (GO) e Aliança do Tocantins (TO).

## 9 Outros ativos

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Custos de novos empreendimentos (a)	<u>-</u>	<u>829</u>
Total	<u>-</u>	<u>829</u>

- (a) Custos referente a estudos de novos projetos para futura aquisição de concessões/participações. Em 2021, ocorreram as baixas dos projetos Waterfall, Fast Lane e Expansão.

### Movimentação de outros ativos

Descrição	Saldo em 31.12.2020	Baixas	Saldo em 31.12.2021
Custos de novos empreendimentos	829	(829)	-
<b>Total</b>	829	<b>(829)</b>	-

## 10 Empréstimos e financiamentos

	Taxa	Vencimento	31.12.2021	31.12.2020
Debênture	2,00% +CDI	20/06/2024	200.768	-
Custo de transação			<u>(1.064)</u>	<u>-</u>
Total			199.704	-
Circulante			343	-
Não circulante			199.361	-

Em 29 de junho de 2021, a Companhia (“Emissora”) realizou a 1ª emissão de debêntures públicas com esforços restritos, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final total em 20 de Junho de 2024. As debêntures foram captadas com o Banco Itaú Unibanco S.A. O montante total da emissão foi de R\$200.000 correspondentes a 200.000 debêntures. A remuneração dos investidores será pela variação de 100% do CDI mais 2,00% ao ano, pago semestralmente.

### Cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos não circulantes

	31.12.2021	31.12.2020
2024	<u>199.361</u>	<u>-</u>
Total	<u>199.361</u>	<u>-</u>

### Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	2021	2020
Saldo no início do exercício	-	-
Captação de empréstimo	200.000	-
Juros apropriados	8.241	-
Pagamento – Juros	(7.473)	-
Adição de custos de transação	(1.277)	-
Amortização de custos de transação	<u>213</u>	<u>-</u>
Saldo no fim do exercício	<u>199.704</u>	<u>-</u>

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa por entender que essa classificação está alinhada com o seu modelo de negócios.

Em 31 de dezembro de 2021 o contrato de empréstimos da Companhia não possui “covenants” financeiros e todos os covenants não financeiros foram atendidos pela Companhia.

## 11 Contas a pagar

	2021	2020
Contas a pagar	61	-
Provisões diversas	41	7

102	-
-----	---

## 12 Obrigações fiscais

	2021	2020
Imposto de renda retido na fonte a recolher	-	4
Pis/Cofins/CSll retido na fonte a recolher	2	30
Total	2	34

## 13 Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o ano de 2020, foram realizadas movimentações financeiras totalizando R\$ 795, que foram convertidas em reserva de capital no ano de 2021.

## 14 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2021, não há contingências classificadas como probabilidade perda provável ou como probabilidade de perda possível, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída.

## 15 Partes relacionadas

### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro). No período findo em 31 de dezembro de 2021 não houve remuneração à Administração, como salários, encargos e outros.

## 16 Patrimônio líquido

### Capital social

O capital social subscrito está representado por 30.000.670 ações nominativas, todas ordinárias e sem valor nominal, no montante de R\$2.000. Desse montante R\$1.000, correspondentes a 1.000 ações que estavam totalmente integralizadas até 31 de dezembro de 2020 e o restante a serem integralizadas até 31 de dezembro de 2022.

Em 4 de março de 2020 foi constituído a companhia com capital social subscrito de R\$ 1 representado por 1.000 ações nominativas, todas ordinárias e sem valor nominal, a ser integralizado até 31 de dezembro de 2021.

Em 4 de janeiro de 2021, na 1ª Alteração do contrato social e transformação, foi aprovada a emissão de 29.999, ações nominativas, todas ordinárias e sem valor nominal, pelo preço de subscrição de R\$ 29.999, sendo destinado da seguinte forma: R\$ 1 à conta de capital social e R\$ 29.998 à conta de reserva de capital a serem integralizadas até 31 de dezembro de 2022

Em 8 de junho de 2021, na rerratificação da 1ª Alteração do contrato social e transformação, foi alterado a destinação da subscrição de R\$ 29.999, sendo destinado da seguinte forma: R\$ 1 à

conta de capital social, R\$ 795 por meio da capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital e R\$ 29.205 à conta de reserva de capital a serem integralizadas até 31 de dezembro de 2022. Da reserva de capital foram integralizados R\$ 25.079 até 31 de dezembro de 2021.

Acionista	<b>Participação</b>
GLP Investimentos V Fundo de Investimento em Participações	100%

### Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício e não deve exceder 20% do capital social ou 30% do capital social considerando as reservas de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

### Destinação do resultado do período

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das companhias por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Prejuízo básico e diluído por ação

	2021	2020
Prejuízo do período	(14.742)	(7)
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	25	1
Prejuízo e diluído por ação - R\$	(599,000)	(7,000)

## 17 Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Despesa com advogados, auditores e consultores	(2.193)	(7)
Despesa com publicações, publicidades e propaganda	(106)	-
Outras despesas administrativas	(193)	-
Total	<u>(2.492)</u>	<u>(7)</u>

## 18 Resultado financeiro

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas bancárias	(5)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.241)	-
Despesa com emissão e administração de empréstimo	(13)	-
Outras despesas financeiras	(27)	-
Total	<u>(8.286)</u>	<u>-</u>
Rendimento aplicação financeira	938	-
Outras receitas financeiras	240	-
Total	<u>1.178</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(7.108)</u>	<u>-</u>

## 19 Imposto de renda e contribuição social

A empresa teve prejuízo fiscal nos exercícios de 2021 e 2020, portanto, não há despesa de imposto de renda e contribuição social a demonstrar.

### Imposto de renda e contribuição social diferido

<b>Passivo</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Custo de Transação	(1.064)	-
Total	<u>(1.064)</u>	<u>-</u>
(x) alíquota nominal de	34%	-
Expectativa de IRPJ e CSLL	(362)	-
Diferido	<u>(362)</u>	<u>-</u>

### Movimentação IRPJ e CSLL diferido

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Custo de Transação	(362)	-
Saldo no fim do exercício	<u>(362)</u>	<u>-</u>

## 20 Instrumentos financeiros

### Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Companhia trabalha com a política de caixa mínimo, ou seja, todos os seus recursos de caixa são gerenciados no FIP (acionistas) e em caso de necessidades de recursos o acionista realiza os aportes necessários.

### Risco de gestão de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura de capital da Companhia é formada pela integralização de capital pelos acionistas.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A dívida líquida da Companhia em relação ao passivo a descoberto está demonstrada a seguir:

	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
Dívida bruta (Empréstimos e financiamentos circulante e não circulante)	199.704	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(39)</u>	<u>(1)</u>
Dívida líquida	<u><u>199.665</u></u>	<u><u>-</u></u>
Passivo a descoberto	10.331	-
Índice de dívida líquida sobre o passivo a descoberto	0,0517	-

### Categorias de instrumentos financeiros

	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>Classificação</b>
<b>Ativos financeiros</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	<u>39</u>	<u>1</u>	Custo amortizado
Total	<u><u>39</u></u>	<u><u>1</u></u>	
<b>Passivos financeiros:</b>			
Empréstimos e financiamentos	199.704	-	Custo amortizado
Contas a pagar	<u>102</u>	<u>-</u>	Custo amortizado
Total	<u><u>199.806</u></u>	<u><u>-</u></u>	

### Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e não designam derivativos (“swaps” de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de “hedge” de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

### Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras, contas a pagar e debêntures, ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, para os próximos 12 meses; e este definido como cenário provável, sendo calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta e despesa financeira”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI, IPCA e IGPM com cada cenário:

**31 de dezembro de 2021**

Operações	Risco	Valor	Cenário Provável 1 12,25%	Cenário 2 15,31%	Cenário 3 18,37%
Debêntures	CDI	<u>(200.768)</u>	<u>(24.594)</u>	<u>(30.743)</u>	<u>(36.891)</u>
Impacto financeiro líquido		<u>(200.768)</u>	<u>(24.594)</u>	<u>(30.743)</u>	<u>(36.891)</u>

**21 Seguros**

Para o período em 31 de dezembro de 2021, a Administração optou por não constituir contratos de seguros para seus ativos.

**22 Eventos subsequentes**

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.